



EIXO 7: FORMAÇÃO E TRABALHO DE PROFESSORES EM PERSPECTIVAS FEMINISTAS, INTERSECCIONAL, DE GÊNERO E RAÇA

DOCÊNCIA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: NARRATIVAS DE PROFESSORAS NEGRAS EM UMA ESCOLA ESTADUAL DA BAHIA

Jéssica Hanna Teles Carvalho

SEC-BA

jessicahannatc@gmail.com

Viviane Oliveira de Jesus

PPGEDUC-UNEB

vivianneoj@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho discute a precarização do trabalho docente a partir das narrativas de mulheres negras atuantes em uma escola da rede estadual de Salvador (BA), analisando como os marcadores de raça, gênero e classe entrelaçam-se às condições laborais e às trajetórias profissionais dessas docentes. Fundamentada em uma perspectiva interseccional, a pesquisa articula o conceito elaborado por Kimberlé Crenshaw (1989) e aprofundado por Patricia Hill Collins (2014), que compreendem a interseccionalidade como ferramenta analítica e política para desvendar a sobreposição de opressões estruturais que moldam as experiências sociais. Também dialoga com o feminismo afrolatinoamericano de Lélia Gonzalez (1984), que evidencia a singularidade das opressões vividas por mulheres negras no Brasil, fruto do legado colonial e escravocrata.

A investigação ancora-se no campo da pesquisa narrativa, segundo Clandinin e Connelly (2011), entendida como um processo dinâmico de viver, contar, recontar e analisar histórias, possibilitando que sujeitos compreendam suas experiências e construam sentidos sobre elas. Essa escolha metodológica foi central para captar as trajetórias, memórias e percepções das docentes acerca de sua condição de trabalho e identidade profissional. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e oficinas narrativas com quatro professoras negras com mais de vinte anos de atuação, culminando na produção colaborativa de narrativas.

Entre os objetivos do estudo destacam-se: analisar historicamente a condição da mulher negra no Brasil pós-abolição e suas relações com as desigualdades de gênero, raça e classe no campo educacional; diagnosticar as condições laborais específicas das professoras negras na Bahia; e compreender como essas docentes percebem e ressignificam a precarização de seu trabalho.

Os resultados revelam múltiplas dimensões da precarização, conforme discutem autores como Alves (2013) e Santos e Brandão (2021), para quem o trabalho docente sob políticas neoliberais assume características de intensificação, sobrecarga e desprofissionalização. As professoras participantes relatam dar aula para quase vinte turmas para compor carga horária, levar trabalho para casa em horários noturnos e assumir funções que extrapolam o ensino, atuando como psicólogas, assistentes sociais e até “agentes de segurança”, sem o devido reconhecimento. Apesar da existência da Lei do Piso (11.738/2008), que estabelece limites à interação direta com estudantes, essas regras são constantemente desrespeitadas, revelando a fragilidade do direito docente.

Outro ponto abordado teoricamente é o impacto subjetivo da precarização, que vai além dos aspectos materiais, incidindo na saúde física e mental das docentes, na forma como Giovanni Alves (2011) discute a captura das subjetividades no capitalismo manipulatório. As professoras narram sentimentos de exaustão e adoecimento, mas também destacam que suas trajetórias e memórias se tornaram fontes de resistência e inspiração para seus alunos, especialmente para estudantes negras e negros.

A análise mostra ainda como o racismo estrutural — conceito presente em Sueli Carneiro (2003) e Beatriz Nascimento (2018) — intensifica a precarização para as mulheres negras docentes. Uma das participantes relembra ter recusado uma viagem com sua turma por medo de sofrer racismo, expondo como o preconceito internalizado (Gonzalez, 1984) molda expectativas e decisões, mesmo sem discriminação explícita. Esse fenômeno reforça a ideia de que o trabalho docente da mulher negra está marcado por múltiplas camadas de vulnerabilidade.

As narrativas revelam também a fragilidade da identidade coletiva docente. As participantes indicam que não há sentimento de classe forte ou coesão suficiente para mobilizações, o que fragiliza a capacidade de reivindicação por melhores condições de trabalho. Esse achado dialoga com Macedo e Lima (2017), ao evidenciarem que a lógica gerencial e individualista do “novo” mundo do trabalho esvazia laços solidários e dificulta a luta coletiva.

Conforme apontam Gomes (1999) e Quadros (2015), ocupar o espaço público da docência representa para mulheres negras um enfrentamento simbólico contra estereótipos históricos que as associam a subalternidade. Nesse sentido, o estudo mostra que, apesar das adversidades, as narrativas autobiográficas emergem como estratégia epistemológica e política. Ao contarem suas histórias, as docentes ressignificam experiências, reconhecem a própria trajetória como parte de um legado de resistência e se consolidam como referências para seus estudantes.

Conclui-se que as narrativas dessas professoras negras se constituem tanto como denúncia da precarização agravada pela intersecção de gênero, raça e classe, quanto como prática de autoafirmação e produção de conhecimentos. Ao assumirem a voz e o



protagonismo sobre suas vivências, essas mulheres rompem com silêncios impostos por séculos de colonialidade e posicionam suas vozes como saberes legítimos na luta pela justiça social e pela valorização da docência negra na educação brasileira.

Palavras-chave: Precarização do trabalho docente. Mulheres negras. Interseccionalidade.

Referências

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2013.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. *Narrative inquiry: experiência e história na pesquisa qualitativa*. Tradução de Vera Maria Ferrão. Barueri, SP: Manole, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. Interseccionalidade como uma perspectiva crítica. In: HIRATA, Helena et al. (org.). *Gênero e interseccionalidades: avanços e desafios*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 15-39.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Genebra: ONU, 1991. Disponível em: <https://www.geledes.org.br>. Acesso em: 6 de agosto de 2025.

GOMES, Nilma Lino. História de vida e formação de professoras negras. In: GOMES, Nilma Lino (org.). *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 45-60.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 15-26. (Original de 1984).



MACEDO, Elizabeth Nunes de; LIMA, Licínio C. Educação e trabalho docente: entre a precarização e a resistência. *Revista Currículo sem Fronteiras*, v. 17, n. 2, p. 118-132, jul./dez. 2017.

NASCIMENTO, Beatriz. *O negro e o poder: o protagonismo negro no Brasil*. São Paulo: Azougue Editorial, 2018.

SANTOS, Nilda Alves dos; BRANDÃO, Zuleide Fernandes. Trabalho docente e subjetividade: resistências e desafios frente à precarização. *Revista Trabalho Necessário*, v. 19, n. 39, p. 165-181, 2021.